

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA como ferramenta para a análise Gerencial de Custos: aplicado em uma Cooperativa de Produção e uma cooperativa de Crédito

Jair Antonio Fagundes

Claiton Jose Damke

Cleber Koetz

Resumo:

Este estudo foi desenvolvido através de revisão bibliográfica sobre a Demonstração de Valor Adicionado - DVA como ferramenta de análise gerencial de custos de uma cooperativa de crédito e uma cooperativa de produção, com o objetivo de evidenciar e interpretar as variações existentes nos principais tópicos da DVA em relação ao item custo destas organizações, bem como, demonstrar as metodologias da adição e subtração para a elaboração da DVA, no enfoque contábil e econômico. Após a aplicação do método da subtração analisaram-se os resultados sob a ótica dos custos em relação aos associados, governos, funcionários, VAL e receita total das cooperativas. Estes resultados referem-se às tendências apresentadas na evolução de três períodos sociais (2001, 2002 e 2003) divulgados na imprensa pelas organizações.

Área temática: *Gestão de Custos nas Empresas do Terceiro Setor*

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como ferramenta para a análise Gerencial de Custos: aplicado em uma Cooperativa de Produção e uma cooperativa de Crédito

Jair Antonio Fagundes (UNIVERDE e FAI - Brasil) Jair@fema.com.br
Claiton Jose Damke (Faculdades Integradas Machado de Assis - Brasil) claiton@fema.com.br
Cleber Kroetz (FAI – Faculdades Itapiranga - Brasil) cleberjk@terra.com.br

Resumo

Este estudo foi desenvolvido através de revisão bibliográfica sobre a Demonstração de Valor Adicionado - DVA como ferramenta de análise gerencial de custos de uma cooperativa de crédito e uma cooperativa de produção, com o objetivo de evidenciar e interpretar as variações existentes nos principais tópicos da DVA em relação ao item custo destas organizações, bem como, demonstrar as metodologias da adição e subtração para a elaboração da DVA, no enfoque contábil e econômico. Após a aplicação do método da subtração analisaram-se os resultados sob a ótica dos custos em relação aos associados, governos, funcionários, VAL e receita total das cooperativas. Estes resultados referem-se às tendências apresentadas na evolução de três períodos sociais (2001, 2002 e 2003) divulgados na imprensa pelas organizações.

Palavras chave: Demonstração do Valor Adicionado, Análise de Custos, Cooperativismo.

Área Temática: Gestão de Custos nas Empresas do Terceiro Setor.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade evidenciar a importância da utilização da Demonstração do Valor Adicionado - DVA pelas organizações como ferramenta de linguagem acessível para a compreensão da realidade econômica e social apresentada pelas demonstrações contábeis tradicionais, as quais podem possuir uma linguagem técnica às vezes de difícil compreensão por parte dos cidadãos, sendo que o labor foi desenvolvido através de revisão bibliográfica e aplicação a um caso prático.

Está dividido em 05 partes, assim distribuído: a primeira parte trata do surgimento da Demonstração do Valor Adicionado através do Balanço Social, a segunda parte descreve metodologias que podem ser aplicadas no desenvolvimento deste relatório gerencial, entre elas, a metodologia da adição e da subtração, bem como os enfoques: contábil e econômico.

A terceira parte trata de alguns pontos fortes e pontos fracos na utilização da Demonstração do Valor Adicionado para a análise gerencial, na quarta parte desenvolve-se uma revisão bibliográfica da área do cooperativismo e na última parte, desenvolveu-se os estudos dos casos ou seja, análise dos custos nas entidades e seus reflexos nos demais itens da DVA.

1. BALANÇO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O Balanço Social surgiu na Europa com o objetivo de atender aos movimentos sociais que demandavam por informações sobre projetos sociais, condições ambientais, informações para os empregados sob o aspecto do nível de emprego, condições de trabalho, remuneração e

formação profissional. A Demonstração do Valor Adicionado surgiu por influência da França e da Alemanha como forma de mensuração desta participação da empresa neste contexto social.

No Brasil o Balanço Social surgiu com a dissertação de mestrado do professor Tinoco em 1984 e teve como um dos principais divulgadores o Sociólogo Herbert de Souza. Foram promovidos debates envolvendo entidades como Abrasca (Associação Brasileira de Capital Aberto), PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Em 1997, foi apresentado um projeto de Lei obrigando as empresas privadas, públicas e sociedades de economia mista com mais de 100 empregados elaborar o Balanço Social, que permanece sem aprovação. Apesar de ainda não ser obrigatório no Brasil algumas empresas já publicam o Balanço Social. Como composição do Balanço Social é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado que tem como objetivo demonstrar o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade.

A Demonstração do Valor Adicionado desenvolve-se evidenciando quanto de valor a empresa agrega durante o seu processo produtivo ampliando assim os horizontes de seus usuários. Uma das formas de se analisar o desempenho financeiro de uma empresa é “pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos”. Este valor é denominado de “valor adicionado ou valor agregado (DVA)”(TINOCO, 2001, p.64).

Segundo Rodrigues (1995), a DVA vem sendo considerada como um dos critérios que melhor indicam a medida da eficácia da gestão empresarial. Tinoco (2001, p. 65) apresenta uma idéia simplificada de valor adicionado, ou seja: “vendas – compras = valor adicionado bruto”.

Martins *apud* Tinoco (2001, p.69), apresenta um exemplo de valor adicionado, onde primeiramente aparece a demonstração do resultado de um determinado período e em seguida a configuração da DVA deste mesmo período:

Demonstração do Resultado	
+ Vendas	R\$ 10.000,00
- Mão-de-obra	R\$ 5.000,00
- Juros	R\$ 2.000,00
= lucro	R\$ 3.000,00

Demonstração do Valor Adicionado

mão-de-obra	R\$ 5.000,00	50%
remuneração capital de terceiros	R\$ 2.000,00	20%
remuneração capital próprio	R\$ 3.000,00	30%
total adicionado	R\$ 10.000,00	100%

Cabe ressaltar que não é objetivo deste trabalho entrar no mérito do regime contábil utilizado pelas empresas, bem como o debate dos princípios fundamentais de contabilidade para a composição e evidenciação da demonstração de resultado do exercício (DRE) e demonstração do valor adicionado (DVA). Outro exemplo é mencionado por Kroetz (2000, p.41), o qual demonstra a seguinte tabela:

Geração de riqueza	X 01
Geração do valor adicionado	37.096.446

Receita de serviços	36.785.893
Receitas não operacionais	310.553
Custo	7.620.155
Materiais	5.305.198
Serviços de terceiros e outros	2.314.957
Valor adicionado bruto (a – b)	29.476.291
Depreciações	3.201.595
Receita Financeira	352.796
Valor adicionado a distribuir (c–d+e)	26.627.492

Tabela nº 01: Demonstração da geração de riqueza do período 'x 01'

Fonte: Kroetz, 2000, p.41

Esta tabela demonstra o valor adicionado a distribuir no exercício 'x 01'; com o resultado desta demonstração será possível compor a demonstração da distribuição de riqueza gerada através da tabela nº 02:

DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA GERADA	X 01	%
Remuneração do Trabalho	19.067.319	71,6
Salários e FGTS	16.915.249	63,5
Benefícios (alimentação, saúde, outros)	2.152.070	8,1
Remuneração do Governo	5.807.990	21,8
Impostos/taxas/contribuições	1.785.518	6,7
Previdência social e outros	4.022.472	15,1
Capitais de terceiros / juros	661.743	2,5
Acionistas / lucros retidos	1.090.440	4,1
Total= (a + b + c + d)	26.627.492	100

Tabela nº 02: Demonstração da distribuição de riqueza gerada no período 'x 01'

Fonte: baseado em Kroetz, 2000, p.41

Esta tabela mostra um exemplo de como poderá ser utilizada a DVA para o gerenciamento dos resultados obtidos pela empresa em determinados períodos. Ela se estrutura em três colunas (descrição das rubricas, valor em reais e distribuição em percentual da riqueza gerada) com dados de um determinado período (x01), os quais demonstram quais foram os valores e percentuais distribuídos e para quem foram distribuídos estes valores.

De acordo com Siqueira (2003), existem algumas características básicas da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, tais como:

Fornecer informações que demonstrem a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade que está inserida.

Demonstra o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, conforme abaixo:

- dispêndio na remuneração dos empregados;
- geração de tributos ao governo (municipal, estadual e federal);
- remuneração do capital de terceiros através de juros;
- remuneração dos acionistas através da distribuição de lucros.

O somatório dos valores obtidos nas Demonstrações de Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicas que são classificados pelo IBGE, excluídas as duplas contagens, pode ser considerado como o próprio PIB do país.

Pode-se efetuar análise vertical/horizontal dessa demonstração, com a comparação da participação de cada item da demonstração em sucessivos exercícios sociais, enfatizando sua evolução.

2. METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

De acordo com Cozensa (2003), o cálculo do valor adicionado pode ser utilizado sob dois enfoques, o enfoque contábil e o enfoque econômico, na área econômica, o conceito de riqueza gerada pode ser obtido a partir da produção, enquanto que no primeiro enfoque, o contábil, pode ser evidenciado com base no montante das vendas. Neste trabalho o enfoque contábil foi utilizado para evidenciar a DVA, por se entender que o cálculo do valor adicionado baseado nas vendas, através da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, pois parece trazer maior credibilidade, já que tal relatório contábil foi submetido à apreciação do Conselho Fiscal e Auditores externos.

Também existem métodos para o cálculo do valor adicionado, entre eles o método da Adição e o método da Subtração. O primeiro agrega uma série de rendas que acumulam os lucros ou sobras derivadas da atividade organizacional, como exemplo a seguir:

COMPONENTES	R\$ Mil	%
+ Gastos com pessoal	450.000	7,4
+ Gastos financeiros	780.000	12,8
+ Tributos e impostos sobre lucros	120.000	2,0
+ Depreciação, Amortização, Exaustão e Provisões	3.450.000	56,5
+ Lucros ou Prejuízos do Exercício (saldo DRE antes da destinação dos lucros)	1.304.000	21,4
= VALOR ADICIONADO BRUTO EMPRESARIAL	6.104.000	100,0
(-)Depreciação, Amortização, Exaustão e Provisões	(3.450.000)	(56,5)
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO EMPRESARIAL	2.654.000	43,5

Tabela nº 03: Esquema do Método de Adição
Fonte: Cozensa (2003, p.12)

O método da Subtração pode ser calculado a partir da soma de todos os fluxos positivos procedentes das atividades empresariais, deduzidos dos consumos intermediários derivados das entregas dos bens ou prestações de serviços de terceiros, como o exemplo citados nos quadros nº 2 e 3.

Este método tem gerado algumas dificuldades no seu preenchimento, entre elas à dificuldade enfrentada pelas empresas no que diz respeito à separação dos itens que compõe o custo dos produtos vendidos. No entanto é também o método que apresenta um maior nível de detalhamento da informação, facilitando a tomada de decisões.

3. DVA – PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Por se tratar atualmente de um relatório gerencial, a DVA sofre alguns inconvenientes devido à falta de standardização, o que pode gerar controvérsias em relação ao cálculo do valor adicionado, entre estas se pode citar o tratamento contábil utilizado para o registro de operações, dificultando a análise comparativa entre diversas empresas.

Outros pontos positivos e negativos são relacionados a seguir:

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Permite obter uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social, correspondente às rendas distribuídas.	Apresenta dificuldades de entendimento por causa de sua não normatização e standardização.
Possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades.	Pode levar a tomada de decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros;
Tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário.	Está sujeito à incorporação de distorções provocadas por sua subjetividade e forma própria de estimativa;
Reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da entidade, como também a evolução econômica em seu conjunto.	Pode motivar uma certa dificuldade na hora de se realizarem análises de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence;
Fornecer dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho.	Necessita informações contábeis atualizadas e confiáveis e, se possível, auditadas;
Permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seu ambiente econômico ou social.	Pode ser demasiado trabalhoso em ambientes de grandes incertezas e complexidades monetárias, tributárias e econômicas;
	É limitada para medir e informar a eficácia alcançada na distribuição social dos lucros gerados.

Quadro nº 01: Esquema do Método de Adição

Fonte: Cozensa (2003, p.16)

4. COOPERATIVISMO

As Sociedades Cooperativas poderão ter por objeto qualquer tipo de serviço, operação ou atividade. Dentre muitos objetivos das cooperativas, um é a eliminação do intermediário, proporcionando maiores sobras aos associados.

De acordo com Scherer (1999, p.33) antes dos precursores e pioneiros do cooperativismo atual encontra-se o sentimento de cooperação, de ajuda mútua entre os faraós no Império Babilônico, e, igualmente na Grécia, também existiam agrupamentos que por causa das dificuldades da vida sonhavam e aspiravam por um melhor padrão de vida, conseguindo pelo empenho comunitário. Segundo investigações, no império dos faraós os operários possuíam um regime cooperativo bem desenvolvido, organizado em grêmios que envolviam toda a vida industrial do País. Os indícios apontam que não eram espontâneos, eram constituídos por iniciativa dos poderes públicos, para suas próprias finalidades. As classes operárias eram classes oprimidas, sem nenhuma liberdade, este passou a ser o ponto negativo e escravagista. “Encontrou-se outros exemplos de cooperação na época, como no Império Romano (colégios), na Palestina as associações de mutualidade entre as caravanas de mercadores para o seguro do gado asinino.”

Desde as mais remotas eras, sem o auxílio mútuo, a cooperação, não teriam subsistido os agrupamentos humanos. A cooperação e a união sempre houve, seja em grupos maiores ou menores, começando pelas famílias, escolas, clubes, sociedades recreativas, igrejas, etc., inclusive a construção física de sociedades recreativas, clubes, escolas, igrejas, entre outros mais cresceram em pleno sistema de mutirão (p.33). O nascimento do cooperativismo se deu na pequena cidade industrial inglesa de Rochdale, perto de Manchester, que sofria as duras conseqüências da desumana exploração capitalista: 14 a 16 horas diárias de trabalho; salário mínimo inexistente; ausência de higiene e segurança; crianças e mulheres sem qualquer proteção; proibição de organização classista; reclamações punidas sumariamente com demissões, etc. (p.34)

Ao chegar no Brasil o cooperativismo já tinha mais de meio século de prática pela aplicação do sistema, também foram feitas três tentativas de implantação do sistema não bem sucedidas, duas no Paraná e uma em Pernambuco. Em 1902, pela iniciativa do Padre Suíço, o Jesuíta Theodor Amstadt, o Rio Grande do Sul tornou-se o berço do cooperativismo nacional, com a implantação de uma caixa rural cooperativa de Nova Petrópolis. O padre Amstadt, percorreu durante vários anos as picadas da colonização que além de prestar assistência espiritual, pregou a doutrina do sistema de crédito cooperativista. Ele era conhecido como 'Pai dos Colonos'.

A familiarização com a prática do sistema cooperativista por parte dos imigrantes alemães, fez com que o sistema prosperasse entre os que ocuparam os vales e os primeiros patamares da encosta da serra. O cooperativismo expandiu-se por todo o Estado e País, inicialmente foi lento, porque faltou o amparo dos governos.

Com a lei 22.239 de 1932, que decretava o cumprimento dos fundamentos do cooperativismo puro em nosso meio, a expansão do sistema acelerou-se, ganhando maior força. O maior crescimento do sistema deu-se no Rio Grande do Sul e em São Paulo, pois foram os estados que receberam grande fluxo de imigrantes Europeus, que já conheciam as vantagens do sistema em suas terras de origem. As cooperativas estão atuando nas mais diversas atividades em todo o País, sendo em alguns setores mais e outros menos, mas de uma forma geral, estão contribuindo, significativamente, com a organização da estrutura social e econômica do País, buscando um desenvolvimento mais democrático, igualitário e humano, tendo como base a cidadania. Conforme figura n. 01, a seguir apresentada:

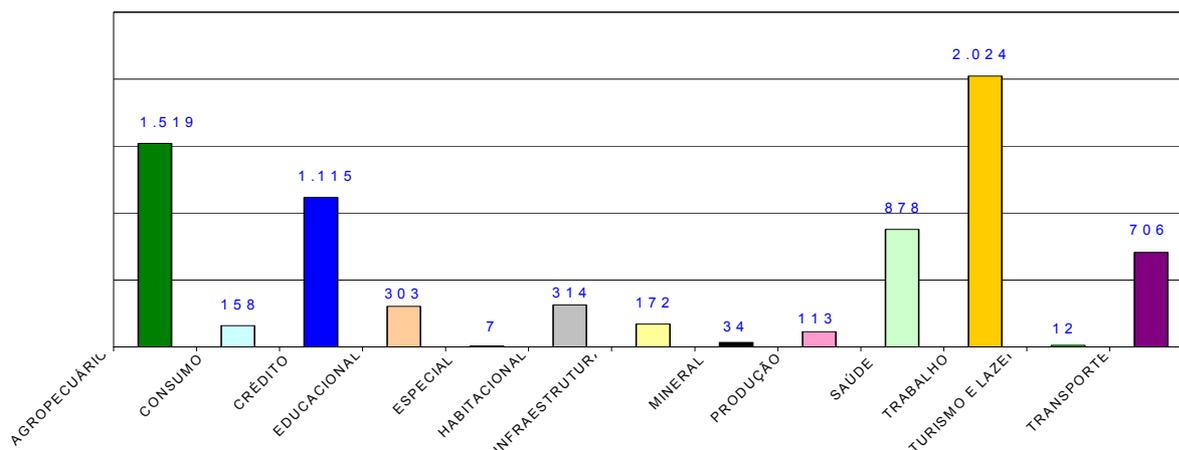


Figura nº 01: Cooperativas por ramo
Fonte: <http://www.ocb.org.br>, acesso em 20/05/04.

5. ESTUDO DOS CASOS - COOPERMIL e SICREDI

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com os objetivos traçados e seguindo as metodologias já descritas neste trabalho. Após o embasamento teórico que proporcionou agregar o conhecimento do assunto, buscaram-se as Demonstrações do Valor Adicionado da COOPERMIL, divulgada na monografia de pós-graduação em Auditoria e Perícia Contábil no ano de 2004 e do SICREDI, divulgada através de artigo publicado no XI Congresso Brasileiro de Custos em 2004, do período de 2001 a 2003.

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada levando em consideração o enfoque contábil e o método de subtração. Através da DVA obtiveram-se os resultados

propostos, visando principalmente demonstrar as análises de custos em reação a outros itens que compõe a, tais como, funcionários, governos, associados, Valor Adicionado Líquido e receita total.

Neste trabalho não serão analisados os itens de receita e gastos que foram utilizados para compor as DREs e conseqüentemente as DVAs das duas Entidades aqui estudadas, apenas analisar-se-a as informações no formato de suas evidenciación original.

5.1 Demonstração do Valor Adicionado da Coopermil

A Cooperativa Mista São Luiz Ltda. - Coopermil, foi fundada em 27 de agosto de 1955, na localidade de Cinquentenário, interior do Município de Tuparendi, RS. Inicialmente contou com a participação de 47 associados, todos ligados à agricultura.

A entidade foi constituída para suprir a necessidade de organização dos produtores rurais, face às dificuldades existentes na época, impostas pela intermediação dos comerciantes, principalmente na atividade suinícola e porque os agricultores viam no cooperativismo a melhor forma de gestão para a pequena propriedade.

A Cooperativa Mista São Luiz Ltda possui atualmente uma estrutura estática de armazenagem de 1.280.000 sacas de soja, com 60 quilos cada e atualmente atua na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

A seguir esta demonstrado a Demonstração do Valor adicionado da Coopermil.

	2.001	%	2.002	%	2.003	%
1. RECEITAS	67.803.897,77	100,00%	85.881.961,59	100,00%	129.735.492,43	100,00%
1.1 Venda de Mercadorias	67.131.856,36	99,01%	85.120.894,53	99,11%	129.352.213,27	99,70%
1.2 Devoluções	-282.659,55	-0,42%	-215.648,89	-0,25%	-1.798.273,97	-1,39%
1.3 Prestação de Serviços	524.401,88	0,77%	580.636,63	0,68%	1.116.610,41	0,86%
1.4 Receitas Operacionais	337.733,79	0,50%	307.495,87	0,36%	709.522,20	0,55%
1.5 Receitas Não Operacionais	92.565,29	0,14%	88.583,45	0,10%	355.420,52	0,27%
2. CUSTOS	55.582.962,53	81,98%	70.069.300,13	81,59%	108.602.526,72	83,71%
2.1 CustosProd.Fabric./ Revend.	55.582.962,53	81,98%	70.069.300,13	81,59%	108.602.526,72	83,71%
3. DESPESAS	3.725.829,64	5,50%	4.727.816,46	5,51%	5.796.971,24	4,47%
3.1Despesas Administrativas	653.285,40	0,96%	686.285,12	0,80%	716.110,26	0,55%
3.2 Despesas Operacionais	2.558.373,50	3,77%	2.746.634,30	3,20%	4.958.904,45	3,82%
3.3 Desp. Não Operacionais	325.985,93	0,48%	121.670,15	0,14%	121.956,53	0,09%
3.4 Provisões	188.184,81	0,28%	1.173.226,89	1,37%	0,00	0,00%
4. VALOR ADICIONADO BRUTO	8.495.105,60	12,53%	11.084.845,00	12,91%	15.335.994,47	11,82%
5. DEPRECIAÇÃO	423.000,08	0,62%	427.725,47	0,50%	493.079,36	0,38%
6. VALOR ADICIONADO LIQUIDO.	8.072.105,52	11,91%	10.657.119,53	12,41%	14.842.915,11	11,44%
7. RECEITAS FINANC.	857.213,58	1,26%	844.422,87	0,98%	1.368.826,78	1,06%
8. VAR. PREÇOS PROD.AGRIC.	-262.379,44	-0,39%	-256.704,24	-0,30%	-1.642.345,49	-1,27%
9. VALOR ADICIONADO	8.666.939,66	12,78%	11.244.838,16	13,09%	14.569.396,40	11,23%
10. DISTRIB. VALOR ADIC.	8.666.939,66	100,00%	11.244.838,16	100,00%	14.569.396,40	100,00%
10.1 FUNCIONÁRIOS	3.625.337,99	41,83%	4.013.875,54	35,70%	4.995.608,30	34,29%
10.1.1 Salários e Honorários	2.320.475,84	26,77%	2.531.188,25	22,51%	3.132.793,18	21,50%

10.1.2 Férias/13º Salário	577.090,23	6,66%	604.567,75	5,38%	777.251,53	5,33%
10.1.3 FGTS	226.393,64	2,61%	257.215,10	2,29%	332.289,05	2,28%
10.1.4 Vale Alimentação	398.904,20	4,60%	462.194,30	4,11%	583.198,30	4,00%
10.1.5 Vale Transporte	80.226,83	0,93%	86.842,09	0,77%	121.079,41	0,83%
10.1.6 Indeniz. Trabalhistas	22.247,25	0,26%	71.868,05	0,64%	48.996,83	0,34%
10.2 REP. aos GOVERNOS	3.771.971,17	43,52%	4.962.270,08	44,13%	6.125.115,82	42,04%
10.2.1 Federal	1.876.148,51	21,65%	2.465.377,45	21,92%	3.003.192,22	20,61%
10.2.2 Estadual	1.873.619,68	21,62%	2.466.865,54	21,94%	3.087.496,84	21,19%
10.2.3 Municipal	22.202,98	0,26%	30.027,09	0,27%	34.426,76	0,24%
10.3 DESP. FINANCEIRAS	488.960,88	5,64%	624.171,47	5,55%	1.299.892,12	8,92%
10.4 RESERVAS	652.000,01	7,52%	1.322.525,82	11,76%	1.752.879,40	12,03%
10.5 ASSOCIADOS	128.669,61	1,48%	321.995,25	2,86%	395.900,76	2,72%
10.5.1 Sobras	128.669,61	1,48%	321.995,25	2,86%	395.900,76	2,72%

Quadro nº 02 Valor adicionado da Coopermil no período de 2001 a 2003

Fonte: MINIKEL; PRETTO; MIELKE, 2004.

5.2 Demonstração do Valor Adicionado do Sicredi

De acordo com o MANUAL DO COLABORADOR (2002) da Cooperativa de Crédito Rural Santa Rosa, esta é filiada ao sistema SICREDI sendo uma sociedade de pessoas que integra o sistema financeiro nacional, foi fundada em 23/06/1981, tendo inicialmente 25 associados, os quais foram apoiados pela Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda – COTRIROSA. Em 1985 firmou-se convênio com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC para a compensação de cheques o qual foi substituído pelo Banco do Brasil a partir de 1990.

A partir de 1992 houve uma reestruturação e a cooperativa passou a utilizar a seguinte denominação: SICREDI SANTA ROSA. Em 2000 também foram incorporadas ao sistema uma corretora de valores, administradora de cartões de crédito e uma confederação – a SICREDI serviços, responsável pela interligação on-line dos postos de atendimento do SICREDI nos 04 estados, RS, PR, MT e MS.

A seguir evidencia-se a Demonstração do Valor Adicionado do Sicredi, o qual servira como base de dados para a análise proposta.

	2003	AV%	2002	AV%	2001	AV%
1) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL	16.277.354	100,00%	11.510.425	100,00%	7.783.751	100,00%
1.1) Intermediação financeira	9.821.371	60,34%	7.169.204	62,28%	5.397.701	69,35%
1.2) Prestação de Serviços	1.410.439	8,67%	1.104.768	9,60%	803.793	10,33%
1.3) Receitas operacionais	5.099.372	31,33%	3.223.069	28,00%	1.570.845	20,18%
1.4) Não operacionais	(53.828)	-0,33%	13.384	0,12%	11.412	0,15%
2) CUSTOS	7.837.600	48,15%	4.865.662	42,27%	3.595.519	46,19%
2.1) Intermediação financeira	7.837.600	48,15%	4.865.662	42,27%	3.595.519	46,19%
3) VALOR ADICIONADO BRUTO	8.439.754	51,85%	6.644.763	57,73%	4.188.232	53,81%
4) DESPESAS	3.325.817	20,43%	2.684.439	23,32%	1.364.068	17,52%
4.1) Despesas Administrativas	2.315.087	14,22%	1.611.658	14,00%	1.122.763	14,42%
4.2) Despesas Operacionais	1.010.730	6,21%	1.072.781	9,32%	241.305	3,10%
5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.113.937	31,42%	3.960.324	34,41%	2.824.164	36,28%
6) DEMONSTRAÇÃO VALOR ADICIONADO	5.113.937	100,00%	3.960.324	100,00%	2.824.164	100,00%
6.1) GOVERNO	125.555	2,46%	29.305	0,74%	22.930	0,81%
5.1.1) Despesas Tributárias	88.858	1,74%	25.354	0,64%	19.960	0,71%

5.1.2) IR e CSLL	36.697	0,72%	3.951	0,10%	2.970	0,11%
6.2) FUNCIONÁRIOS	2.952.514	57,73%	2.054.257	51,87%	1.476.874	52,29%
5.2.1) Despesas com pessoal	2.952.514	57,73%	2.054.257	51,87%	1.476.874	52,29%
6.3) ASSOCIADOS	2.035.868	39,81%	1.876.762	47,39%	1.324.360	46,89%
5.3.1) Sobras	2.035.868	39,81%	1.876.762	47,39%	1.324.360	46,89%

Quadro nº 03 Valor adicionado do Sicredi no período de 2001 a 2003

Fonte: FAGUNDES e KUHN, 2004

A seguir serão analisados comparativamente os itens de custos das duas cooperativas.

5.3 Análise comparativa das DVAs com parâmetro em custos nas Coopertavias

neste tópico tem-se a análise comparativa dos itens de custos das duas cooperativas, em relação às receitas totais, valor adicionado líquido, funcionários, associados e governos.

	2001	2002	2003	média
COOPERMIL	81,98	81,59	83,71	82,43
SICREDI	46,19	42,27	48,15	45,54

Quadro nº04: Custos em relação às receitas totais em %

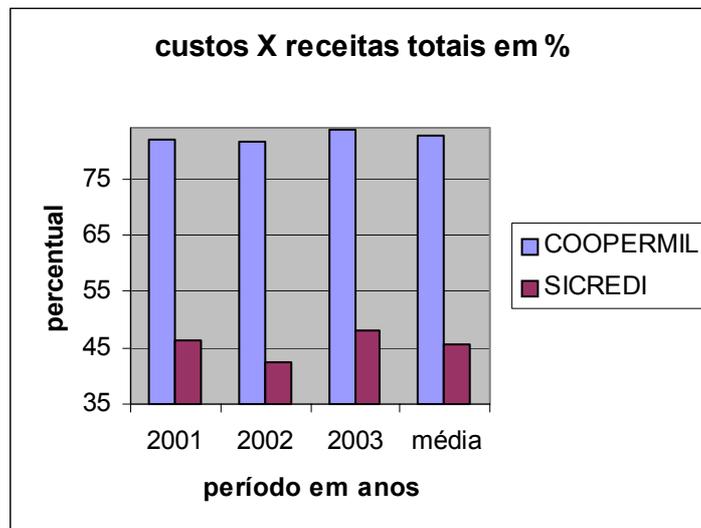


Figura nº02: Custos em relação às receitas totais em %

Este quadro evidencia a proporção dos custos em relação às receitas totais das entidades. Percebe-se que a COOPERMIL (Cooperativa de Produção) tem um percentual bem mais elevado dos custos em todos os períodos analisados mantendo-se uma média de 82,43% do que a SICREDI (Cooperativa de Crédito), que obteve em média 45,54 de suas receitas comprometidas com custos.

	2001	2002	2003	média
COOPERMIL	15,59	16,05	13,42	15,02
SICREDI	78,55	81,39	65,25	75,06

Quadro nº05: Custos em relação ao Valor adicionado líquido em %

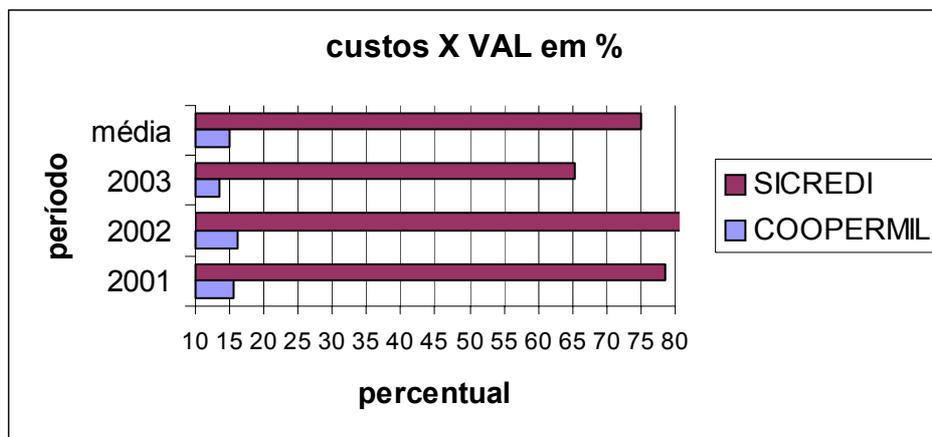


Figura nº03: Custos em relação ao Valor adicionado líquido em %

Quanto a análise dos Custos em relação ao Valor Adicionado Líquido – VAL, percebe-se o VAL corresponde a 75,06% dos custos no SICREDI e, 15,02% na COOPERMIL, evidenciando uma baixa geração de riqueza, em percentual, pela cooperativa de produção em relação à cooperativa de crédito.

	2001	2002	2003	média
COOPERMIL	6,79	7,08	5,64	6,50
SICREDI	0,64	0,6	1,6	0,95

Quadro nº06: Custos em relação aos repasses aos governos em %

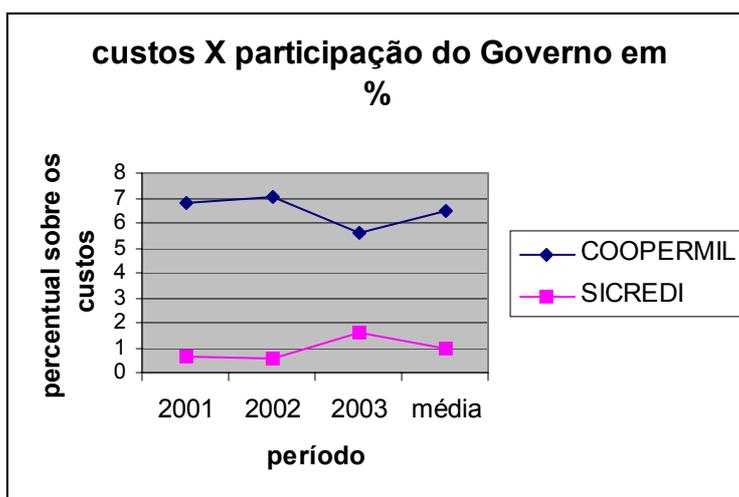


Figura nº04: Custos em relação aos repasses aos governos em %

Já os repasses aos governos (Federal, Estadual e Municipal) foram mais significativos na COOPERMIL em todos os períodos analisados, totalizando uma média de 6,50% dos custos foram repassados aos cofres públicos. No SICREDI, percebe-se uma baixa destinação

de recursos aos governos se considerarmos uma relação direta com a COOPERMIL, ficando em média 0,95% dos custos sendo repassados.

	2001	2002	2003	média
COOPERMIL	6,52	5,73	4,6	5,62
SICREDI	41,08	42,22	37,67	40,32

Quadro nº07: Custos em relação a remuneração dos funcionários em %

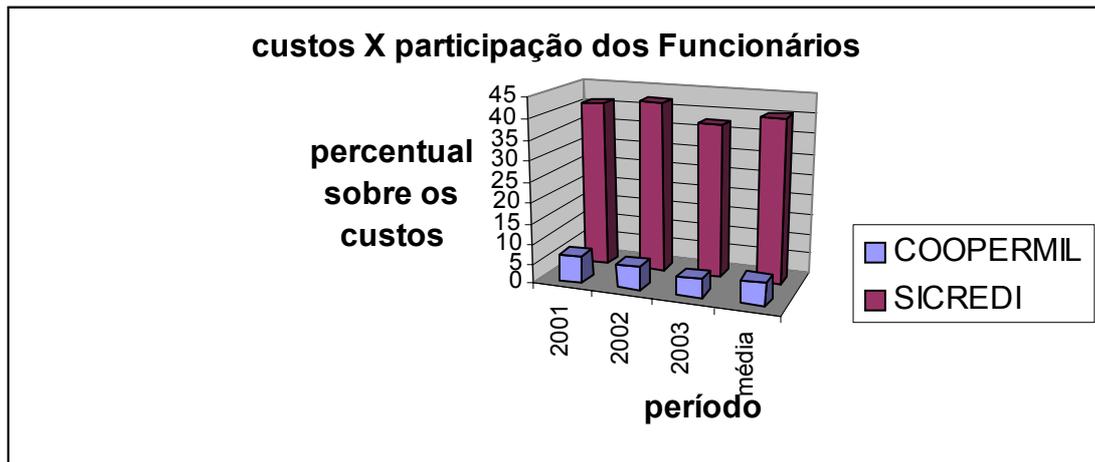


Figura nº05: Custos em relação a remuneração dos funcionários em %

Neste item analisado ficou bastante claro a diferença na participação financeira dos funcionários nas duas entidades com variação média de 34,70%. Ficou evidenciado também o constante decréscimo da remuneração dos funcionários na COOPERMIL, diminuindo 1,92% de 2001 para 2003. participação esta que também diminui significativamente na SICREDI do ano de 2002 para 2003 em 4,55%.

	2001	2002	2003	média
COOPERMIL	1,4	2,35	1,98	1,91
SICREDI	36,83	38,57	25,98	33,79

Quadro nº08: Custos em relação as sobras (associados) em %

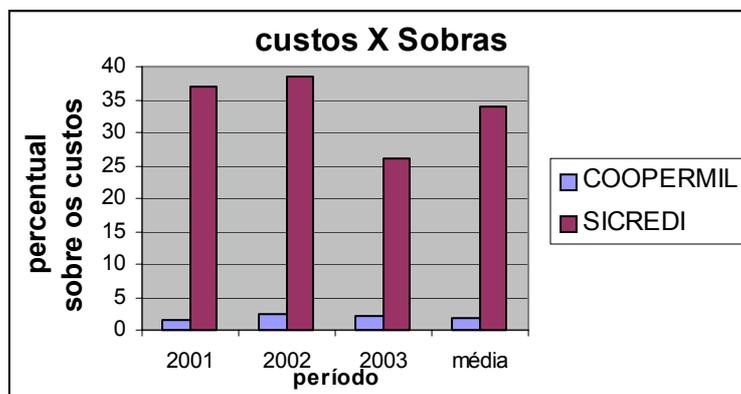


Figura nº06: Custos em relação as sobras (associados) em %

Quanto a participação das sobras aos associados, percebe-se uma grande diferença em termos percentuais em relação aos custos nestas duas entidades, variando 31,88% em prol dos associados do SICREDI. Considerando que o foco principal de uma cooperativa é o seu associado, então a Cooperativa de produção, apesar de seu faturamento bruto ser superior ao da cooperativa de crédito estudada, concretiza uma participação inferior aos seus associados de acordo com as médias de 1,91% e 33,79% respectivamente.

RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Esta pesquisa contempla somente a Demonstração do Valor Adicionado geral das duas cooperativas.

Neste sentido para futuros trabalhos, sugere-se a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado segregado nos principais segmentos de negócio das cooperativas. A importância destas demonstrações segregadas, seria saber em qual dos segmentos de negócio, está concentrada a maior riqueza gerada, custos, entre outros, para possíveis tomadas de decisões gerenciais. Seja utilizada a DVA para tomada de decisões gerenciais, tomando-a também como um instrumento de avaliação de resultados. Também seja estendida a análise a outros itens não contemplados neste artigo, bem como a outras entidades.

Que seja utilizada a DVA para Auditoria de Gestão, podendo-se analisar a eficiência ou não dos gestores. Também seja utilizada a DVA para o Conselho Fiscal, como um monitoramento do trabalho realizado pela administração.

CONCLUSÃO

Seja qual for o gênero de serviço da cooperativa, ela deve estar voltada para o associado. O objetivo da cooperativa está voltado às pessoas, não é o lucro, não é mercancia, é o autodesenvolvimento, autogerenciamento, sem oferecer riscos a terceiros, pois geram suas sobras e prejuízos pelo rateio, decidido democraticamente.

Existe a concretude de uma forma societária que substanciou-se pela efetivação das condutas baseadas na mutualidade e valorização de um objeto comum, cuja finalidade são as pessoas que fazem parte da sociedade cooperativa. A gestão de custos tem forte influência nestas sociedades causando impactos no processo decisório. Os relatórios gerenciais são seu produto final, portanto, deve traduzir da forma mais clara possível a realidade econômica nelas espelhada.

A Demonstração de Valor Adicionado é de grande utilidade dentro do novo contexto sócio econômico vivido atualmente pelas cooperativas. No entanto, a forma de evidenciação das informações nos modelos utilizados pelas empresas no Brasil, como exemplo: Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial, entre outros, estão sujeitos à obediência as leis podendo, muitas vezes tornar-se de difícil compreensão dos associados destas entidades, e, por necessidade de objetividade na comunicação de suas informações, muitas vezes se distancia da realidade econômica que quer evidenciar, diminuindo assim sua utilidade para o processo decisório de alguns de seus usuários.

Levando em consideração o impacto utilitário de uma Demonstração de Valor Adicionado, onde os dados evidenciassem a real contribuição da entidade para o processo de formação de riqueza para a sociedade em geral, consegue-se através deste trabalho, analisar e evidenciar estas riquezas geradas pela entidade, com foco na área de custos, comparando-as com as demais rubricas integrantes da presente demonstração. Através de dados divulgados

nas demonstrações contábeis tradicionais, principalmente pela Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), contribuindo assim para a melhoria do processo de comunicação dos custos aos interessados.

Acredita-se que desta forma a informação contida na Demonstração de Valor Adicionado torne-se mais próxima da realidade econômica que se propõe evidenciar, neste caso o peso dos custos da entidade em relação as demais rubricas.

A busca de um referencial teórico amplo e atualizado permitiu a realização do presente trabalho, a partir do qual pode-se apresentar aos gestores as informações e os resultados obtidos para uma correta utilização dos mesmos e a adoção das tomadas de decisões necessárias. Para tanto realizou-se o levantamento de dados relativos as Demonstrações do Valor Adicionado dos anos de 2001, 2002 e 2003, de ambas as entidades e a conseqüente análise comparativa entre o sistema cooperativo de credito e de produção agrícola.

Conhecendo os resultados obtidos com a elaboração da DVA, pode-se utilizar os resultados com o objetivo de guiar a auditoria de gestão, indicando quais os pontos a serem verificados com maior ênfase, reforçando a credibilidade dos resultados encontrados e proporcionando aos gestores a possibilidade de tomada de decisões gerenciais amparadas em informações consistentes.

Com o desenvolvimento da Demonstração do Valor Adicionado pode-se observar qual o custo das entidades e seu respectivo percentual representativo na a riqueza gerada, entre funcionários, governos, associados e receita total das entidades comparando os períodos e analisando as variações desta distribuição, através das quais poderão ser tomadas as decisões necessárias para um melhor gerenciamento e direcionamento dos negócios aos associados.

Analisando os resultados obtidos com as respectivas análises dos períodos de 2001 a 2003, pelo método horizontal e vertical, constatou-se que a Coopermil possui uma influência bastante elevada de seus custos em relação às receitas totais, que em media atingiu 82,43%, já o Sicredi teve um percentual menos significativo, atingindo a media de 45,54% das receitas sendo comprometidas com o custo. Já no foco dos associados, a Coopermil obtve em média 1,91% dos custos resultaram em sobras aos associados, e no Sicredi o percentual foi bem mais siginificativo, atingindo a média de 33,79%.

Estes resultados evidenciam que existem grandes diferenças entre os processos de gestão nas entidades, exigindo ferramentas atuais de gestão, como a DVA, a qual pode ser utilizada em ambas as entidades. A oportunidade em estudar e analisar os reflexos dos custos nestas entidades contribuiu para a geração de informações que podem ser úteis aos gestores destas, pois até então, as análises tinham como parâmetro os números da DRE e atualmente pode-se acrescentar esta ferramenta de suporte ao gerenciamento e tomada de decisões.

Conclui-se, assim, que a relevância e a transparência das informações de custos aos associados é um dos aspectos de maior importância para a Assembléia Geral dos associados e os gestores das cooperativas tomarem as devidas decisões gerenciais. Espera-se oportunamente maior aprofundamento dos estudos e maior divulgação dessa demonstração, haja vista sua utilidade para o processo de tomada de decisão dentro da realidade atual das entidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 5.764/71. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Diário Oficial** [da União] 16 de dezembro de 1971.

COOPERMIL. **Demonstrações Contábeis do ano de 2000,2001,2002 e 2003**. Santa Rosa.

COSENZA, José Paulo. **A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Contabilidade e Finanças USP. São Paulo: ano XIV, edição especial, p.7-29, out/2003.

FAGUNDES, Jair A.; KUHN, Claudia,. **Análise das demonstrações contábeis com a utilização da demonstração do valor adicionado – um estudo em uma cooperativa de crédito**, XI Congresso Brasileiro de Custos, Porto Seguro, Bahia, 2004.

<http://www.ocb.org.br>, acesso em 20/05/04

KROETZ, César E. S. **Balanco Social: Teoria e Prática**, Atlas, São Paulo: 2000, 162p.

MANUAL DO COLABORADOR, **Regimento interno da Sicredi**, Santa Rosa, 2002.

MINIKEL, Elton; PRETTO, Jose G.; MIELKE, Oldair L. A.; **Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de Auditoria**. Monografia de especialização em auditoria e perícia contábil. FEMA, Santa Rosa – RS. 2004

OLIVEIRA, Adriana Souza de; GARCIA, Edinete André da Rocha. **Demonstração do Valor Adicionado – uma contribuição da contabilidade para a mensuração da participação econômica e social da entidade empresarial**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 8. 2000, Goiânia.

PERIUS, Vergílio. **Cooperativas de Trabalho**. Unisinos. 1997.

RIBEIRO, Osni de Moura. **Estrutura e Analise de balanços**. Fácil. Editora Saraiva, 1999, 6ª edição, São Paulo.

RODRIGUES, Alberto Almada. **Demonstração do levantamento do valor adicionado nos setores público e privado**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 24, nº 92, p.45-61, abr/1995.

SANTOS, Ariovaldo dos; HASHIMOTO, Hugo. **Demonstração do Valor Adicionado: algumas considerações sobre a carga tributária**. Apostila. 2003.

SCHERER, Leonor Paulo. **Cooperativismo: para Tudo e para Todos**. Giruá: Gráfica Giruaense, [1999].

SICREDI, Santa Rosa, **Demonstrações Contábeis, 2001, 2002 e 2003**.

SIQUEIRA, Antonio Carlos, **Demonstração Do Valor Adicionado – Uma Contribuição da Contabilidade para a Mensuração da Participação Econômica e Social da Entidade Empresarial**. disponível em <http://www.milenio.com.br/siqueira/Tr135.htm>, acesso em 23/03/04.

TINOCO, João E. P. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade das organizações**. Atlas, São Paulo: 2001. 243p.